

História da educação salesiana em Corumbá, MS: o convênio celebrado entre os salesianos, o estado de Mato Grosso e o estado de Mato Grosso do Sul (1972-1987)¹

History of the Salesian Education in Corumbá-MS: the agreement celebrated between the Salesians and Mato Grosso and Mato Grosso do Sul states (1972-1987)

Celeida Maria Costa de Souza e Silva*

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).
E-mail: celeidams@uol.com.br

Resumo

O objetivo neste artigo é apresentar a história da educação salesiana em Corumbá, MS, no Colégio Salesiano de Santa Teresa, no período em que vigorou um Convênio entre a Missão Salesiana de Mato Grosso, o estado de Mato Grosso e, posteriormente, o estado de Mato Grosso do Sul. Por meio desse Convênio, foi criado o Colégio Estadual Santa Teresa, que funcionou simultaneamente ao Colégio Salesiano de Santa Teresa. É nossa intenção mostrar a organização, o funcionamento dos dois colégios e como a marca salesiana foi amalgamada a uma escola pública.

Palavras-chave

História da educação salesiana. Convênio. Organização pedagógica e funcionamento.

Abstract

The objective in this article is to present the history of the Salesian education in Corumbá, MS, in the Colégio Salesiano de Santa Teresa, in the period that prevailed an agreement between the Missão Salesiana de Mato Grosso, the state of Mato Grosso and, afterwards, the state of Mato Grosso do Sul. The agreement created the State School Santa Teresa that operated simultaneously to the Salesian School of Santa Teresa. It is our intention to show the organization and running of the two schools, and how the Salesian brand was blended to a public school.

Key words

Salesian's Education History. Agreement. Pedagogical organization and operation.

¹ Este artigo foi revisado e ampliado após a apresentação no VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), realizado em Cuiabá, MT.

1 Introdução

O objetivo neste artigo é apresentar a história da educação salesiana em Corumbá, MS no Colégio Salesiano de Santa Teresa, em atividades educacionais desde 1899. Considerado um dos mais importantes educandários, da cidade e do estado, por haver formado parcela da elite local e regional, também é reconhecido pelo grande número de alunos que nele estudou, à época em que era conveniado com o estado de Mato Grosso, e depois, com o estado de Mato Grosso do Sul².

Para este estudo, elegemos os anos de 1972 a 1987, anos que correspondem, respectivamente, à data inicial e final do Convênio celebrado entre a Missão Salesiana de Mato Grosso, o estado de Mato Grosso e, posteriormente, o estado de Mato Grosso do Sul³. Cabe ressaltar que um novo Convênio foi firmado em 1987, mantendo as relações entre o Colégio e o Estado até 1996. Entretanto, por estar constituído de aspectos diferentes, não o abordaremos neste artigo.

Utilizamos como fontes de pesquisa os documentos do acervo da escola

² O termo estado está sendo usado para referirmos à subdivisão político-administrativa que constitui as unidades federativas brasileiras e, Estado como conjunto de instituições permanentes (órgãos legislativos, tribunais, exército e outros) que não formam um bloco único e possibilitam a ação do governo.

³ Mato Grosso do Sul foi criado durante o governo de Ernesto Geisel pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 e, implantado em 11 de outubro de 1979.

– Regimento Interno (1971, 1987), Calendário Escolar, Livro de Ocorrência, Ofícios (expedidos, recebidos, circulares), Comunicações Internas e Decretos. Utilizamos também, fontes de referências bibliográficas, uma vez que os salesianos já foram estudados por outros autores. Além disso, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a intenção de esclarecer ou complementar informações que permitissem construir interpretações, explicações e entender a realidade complexa e dinâmica do Colégio.

2 O Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá, MS

Em 1894, vindos do Uruguai, os salesianos chegaram ao estado de Mato Grosso. Corumbá foi a primeira cidade visitada pela expedição missionária dirigida por Dom Luiz Lasagna⁴ com o objetivo de implantar um projeto missionário.

Corumbá é um município localizado na planície do Pantanal, na fronteira com a Bolívia e Paraguai. Fundado em 21 de setembro de 1778, como parte da consolidação do domínio luso na região, conta com uma população aproximada de 103.772 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 93.510 habitantes residem na zona urbana, e 10.262, na zona rural.

Corumbá, à época da instalação da obra salesiana, era o principal entreposto comercial do oeste brasileiro. O

⁴ Superior das casas salesianas no Uruguai foi responsável por implantar obras salesianas no Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso (AZZI, 2000).

grosso da produção regional destinada ao exterior, e que abastecia todo o norte e parte do sul-mato-grossense, transitava por Corumbá. “A cidade colocou até mesmo Cuiabá na sua órbita de influência” (ALVES, 1985, p. 71). Como escreveu Dom Luiz Carlos D’Amour, bispo de Cuiabá, ao superior da Congregação salesiana, Padre Miguel Rua: “[...] haverá vantagens para a Congregação, pois esta cidade é sede da alfândega estadual, para tudo que se relaciona com o exterior: além de que meus diocesanos precisam de uma obra salesiana”⁵.

Em março de 1899, vindos de Cuiabá, chegaram os primeiros salesianos em Corumbá com o objetivo de implantar uma obra salesiana e “preencher sensível lacuna da educação intelectual e religiosa das crianças corumbaenses”⁶. Fundaram o Colégio Salesiano de Santa Teresa em 4 de abril de 1899, com apoio da aristocracia agrária, da câmara municipal, que doou terreno para a construção do prédio, do Bispo de Cuiabá, que, além do apoio formal, contribuiu com verbas à Congregação para a construção do Colégio e da igreja.

O Colégio Salesiano de Santa Teresa, desde a sua fundação, contemplou o interesse de setores da elite. Portanto os primeiros alunos a se matricu-

larem no Colégio não eram pobres nem abandonados, e sim filhos de famílias de influência na cidade de Corumbá, possuidoras de recursos e desejosas que seus filhos fossem preparados para ocupar funções de liderança e cargos públicos de destaque. Apenas um pequeno número de pessoas de baixa renda conseguia bolsas, meia bolsa, ou um benfeitor, que possibilitasse o ingresso naquele ambiente escolar.

Os processos educacionais no Colégio Salesiano de Santa Teresa tinham como finalidade ministrar a “educação religiosa, intelectual, moral e cívica à juventude, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais” e, de acordo com o Sistema Preventivo de Dom Bosco, visto que se tratava de uma escola salesiana confessional católica⁷.

Assim, de acordo com os ensinamentos de Dom Bosco, era preciso educar para fortalecer a vontade e reger o espírito; privilegiar a formação integral para a vida terrena e eterna; num clima familiar, porém exigente, em que a responsabilidade, a promoção por desempenho, a solidariedade, e o civismo deveriam ser cultivados. As práticas educativas em todas as suas dimensões, segundo os ditames do fundador da Congregação, só seriam concretizadas por meio de uma educação evangelizadora, sólida e profunda. É necessário observar que a credibilidade na instituição

⁵ Carta de Dom Carlos D’Amour ao Padre Miguel Rua, Superior Geral da Ordem Salesiana. Arquivo Salesiano de Roma citado por Manfroi (1997).

⁶ Trecho retirado do ofício de 28 de março de 1899, endereçado à Câmara Municipal de Corumbá anunciando a abertura do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

⁷ Regimento Interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa, 1971.

passava pela disciplina que era considerada a alma do ensino.

Podemos afirmar que as representações sociais construídas sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa eram de que seus egressos deveriam ser os responsáveis pela gestão pública e privada na cidade, na região, e até mesmo no país, dada a qualidade do processo educacional que frequentaram.

Schneider (1988, p. 58) diz,

[...] seus ex-alunos, hoje pelo mundo afora sobressaem como brilhantes acadêmicos: Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia; conceituados profissionais: jurisconsultos, advogados, jornalistas e muitos competentíssimos professores e servidores públicos [...] Todos capacitados, honrando sobremaneira o seu Colégio, a sua cidade e o seu belíssimo país.

A citação acima chama atenção para os diferentes sujeitos educados pelo Colégio Santa Teresa e legítima o *status quo* dos egressos e do educandário, permitindo-nos afirmar que o tipo de saber, recebido pelos indivíduos nas instituições tem consequências no seu nível de desenvolvimento pessoal, em suas relações sociais e no *status* que ocupa na sociedade.

Ao tratar do Colégio Santa Teresa, é interessante observar como o currículo foi produzido. Sabemos que é um processo social constituído de conflitos, lutas, interesses, controles, rituais e diferentes concepções sociais.

O currículo é produzido para ter efeito sobre as pessoas, e as instituições educacionais processam diferentes conhecimentos e, ao mesmo tempo, produzem diferentes pessoas. Como diz Goodson (2005, p. 10):

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. [...] o currículo deve ser visto não apenas como a *expressão* ou a *representação* ou o *reflexo* de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. [...] É preciso reconhecer que a inclusão ou a exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade (grifos do autor).

Reportando a Faria Filho (2002, p. 22), temos que reconhecer que a escola produz a sociedade e que a escolarização tem efeito direto ou indireto na vida social como um todo. Portanto, “a escola é tanto produtora como produto da sociedade”.

Por escolarização entendemos o processo de organização administrativa e política das instituições escolares com o objetivo de produzir referências sociais e transmitir conhecimentos em diferentes níveis. De acordo com Vincent, Lahire e Thin (2001), a escola ou a *forma escolar* de socialização são as responsáveis por transformações sociais, culturais e

política, tendo papel relevante na produção de sujeitos sociais tanto no interior da escola, como fora dela.

No cenário educacional corumbaense, o Colégio ocupava um papel central em todos os aspectos, era o local privilegiado onde se desenvolviam as práticas educativas, culturais e esportivas. A própria edificação destinada às atividades escolares demonstrava o lugar social destinado àqueles que estivessem dispostos a aceitar as normas, as restrições e as obrigações escolares.

O prédio era amplo, com boas acomodações e benfeitorias adequadas para a época, e estava localizado na parte central da cidade, em frente à Praça Santa Teresa. Como fora construído especialmente para a finalidade educativa, a construção sinalizava que o Colégio havia sido idealizado para durar. Ao lado dele, como em toda obra salesiana, havia uma igreja muito usada nas festas e comemorações religiosas integrantes do calendário escolar, mas também utilizada em outras celebrações da cidade.

É importante considerar que a “arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social” (ESCOLANO; VIÑAO FRAGO, 2001, p. 33). Dotados de significados, os espaços escolares transmitem estímulos, conteúdos, valores e, ao mesmo tempo, estabelecem normas disciplinares.

3 Antecedentes do Convênio da década de 1970

A partir de 1953, após 54 anos da presença salesiana em Corumbá, os salesianos começaram a fundar obras educacionais e assistenciais que ocupavam o mesmo terreno do Colégio Santa Teresa e tinham por finalidade atender aos setores populares da cidade. O padre Miguel Alagna, diretor por duas gestões, de 1946-1954 e de 1961-1966, foi o responsável por criar tais obras.

Cabe dizer que, até 1953, o Colégio Salesiano de Santa Teresa era destinado aos meninos e não realizava nenhum trabalho pedagógico voltado para os setores populares como preconizava a obra salesiana italiana. O projeto educacional elaborado pelo padre Miguel Alagna, visava ao atendimento dos setores populares, mantendo, porém, o Colégio para os setores da elite.

O Círculo Operário Dom Bosco, destinado aos meninos e meninas dos setores populares e dirigido pela Missão Salesiana de Mato Grosso, foi criado em 1953. Em 1954, pelo Decreto do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nº 1894, de 15/06/1954, recebeu a denominação de Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco e passou a receber matrículas somente para meninas dos setores populares. Esse Grupo Escolar tornou-se misto, conveniado e mantido pelo estado de Mato Grosso a partir de 1955⁸.

⁸ Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

Na ocasião foi nomeado como diretor o Pe. Miguel Alagna, também diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa.

A realização do primeiro exame de admissão no Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco em 1963, desmembrou-o, criando outra obra salesiana: o Ginásio Industrial Domingos Sávio, para receber os alunos do Grupo Escolar aprovados no exame. Então, tanto o Grupo Escolar como o Ginásio Industrial e o Colégio Salesiano de Santa Teresa tinham o mesmo diretor: o padre Miguel Alagna.

Em 1966, por meio do Decreto do MEC nº 61, de 10/06/1966, foi criado o Grupo Escolar da Ação Social Salesiana para atender aos meninos pobres. Administrado pelo mestre Luis Assis França⁹, também funcionava no mesmo terreno do Colégio Salesiano de Santa Teresa. A criação desse Grupo Escolar fez com que o Grupo Escolar do Círculo Operário voltasse a ser novamente exclusivo para as meninas pobres.

O Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco (1954), o Ginásio Industrial Domingos Sávio (1963) e o Grupo Escolar da Ação Social Salesiana (1966) surgiram

de um Convênio celebrado entre a Missão Salesiana de Mato Grosso e o estado de Mato Grosso, portanto não eram mantidos exclusivamente com financiamentos da Missão Salesiana, mas havia repasse de verbas do governo do estado de Mato Grosso. Essas escolas administradas pelos salesianos formavam um centro educacional independente do Colégio Santa Teresa. Tinham por finalidade preparar, profissionalmente, os jovens dos setores populares para o trabalho e estiveram em funcionamento até 1971.

Tais obras adjuntas possuíam um caráter diferenciador, legitimavam a estratificação social, à medida que oferecia aos jovens dos setores populares, capacitação técnica e artesanal, num período em que o trabalho manual era estigmatizado, considerado inferior e degradante.

Os espaços adjuntos mostravam a separação existente nos setores sociais, admitia-se que os sujeitos dos setores populares precisavam ser educados, profissionalizados, mas com a clara diferenciação e atendimento segregado. Importava formar indivíduos capazes de exercer uma profissão, disciplinando-os, ajustando-os ao mundo do trabalho, controlando-os e moldando seus hábitos e comportamentos.

As obras educacionais e assistenciais juntas ao Colégio Salesiano de Santa Teresa estiveram em funcionamento de 1953 a 1971. No mesmo ano (1971) que finalizou o Convênio que garantia as verbas para a manutenção e funcionamento das obras educacionais e assistenciais

⁹ Mestre, irmão salesiano ou coadjutor são os religiosos leigos que desenvolvem atividades educativas e evangelizadoras junto aos salesianos sacerdotes na comunidade, a serviço dos jovens, coordenam ou dirigem escolas, albergues, institutos técnicos, centros de promoção agrícola, centros de desenvolvimento social, centros editoriais, dentre outras atividades da missão salesiana e de acordo com Dom Bosco são fundamentais para a sobrevivência da Congregação.

adjuntas, foi firmado outro Convênio, que entrou em vigor no ano seguinte (1972) e que deu origem a Escola Estadual Santa Teresa. Diante disso, os alunos oriundos do Grupo Escolar do Círculo Operário, do Ginásio Industrial Domingos Sávio e do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana, ou seja, das obras educacionais antes conveniadas com o estado de Mato Grosso e administradas pelos salesianos, tiveram suas matrículas efetivadas na escola pública que havia surgido. Podemos afirmar que a gênese do Convênio estabelecido em 1971, e em vigor a partir de 1972, está na relação política entre a Missão Salesiana de Mato Grosso e o governo do estado de Mato Grosso na década de 1950 e 1960.

4 O Colégio Salesiano e a Escola Estadual Santa Teresa à época do Convênio celebrado entre os salesianos, o estado de Mato Grosso e o estado de Mato Grosso do Sul (1972-1987)

A Missão Salesiana de Mato Grosso, a mantenedora da instituição, contando com espaço ocioso no prédio do Colégio Salesiano de Santa Teresa, devido ao pequeno número de estudantes (356) pagantes matriculados e precisando de recursos, firmou um Convênio com o estado de Mato Grosso, e o prédio passou a abrigar também a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa¹⁰.

¹⁰ A denominação Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa se deu através do Decreto nº 2318, de 28/11/1974.

O diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa responsável pelo Convênio foi o Pe. Firmino Cazzolato.

O Convênio que entre si celebraram o Governo do Estado de MT, através de sua Secretaria de Educação e Cultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para que se use em benefício da educação e cultura, as dependências do Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá. O presente Convênio estará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1972. O Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá, em consequência do ajuste do Convênio será denominado Colégio Estadual Santa Teresa. Ass. Joaquim A. Vianna, Secretário de Educação e Cultura, MT. (COLÉGIO..., s.d.).

O Convênio pressupunha que o Colégio Salesiano de Santa Teresa continuaria a existir até que fossem formadas as últimas turmas privadas. Por isso a mudança de denominação só ocorreu de fato, para a totalidade dos alunos, a partir de 1982.

Uma particularidade do período foi o fato de o Colégio Santa Teresa tornar-se estadual no 2º e 3º andares. O primeiro andar continuou particular até 1981, ficando, assim, 10 (dez) salas de aula para os filhos de famílias de influência da cidade, com direção e coordenação específicas. Isso para satisfazer a elite local que ficou descontente com o Convênio.

Então, no primeiro andar, funcionavam as turmas de 5ª a 8ª séries (1º grau), e também do 1º ao 3º ano do curso Colegial (2º grau)¹¹ privado. Havia professores contratados pela Missão Salesiana de Mato Grosso para ministrar aulas aos alunos do Colégio Salesiano de Santa Teresa. Isso porque a elite corumbaense achava-se no direito de reivindicar ou exigir prioridade na matrícula de seus filhos, e os professores para seus filhos, pois fora a responsável por criar condições junto às autoridades eclesiais para a instalação do Colégio Salesiano.

Assim, no período em que o Convênio vigorou, havia duas categorias de professores e funcionários, os contratados e pagos pela Missão Salesiana de Mato Grosso, e outros remunerados pelo Estado e lotados na Escola Estadual Santa Teresa. O estado de Mato Grosso, e, posteriormente, o estado de Mato Grosso do Sul, pagava todas as despesas da escola, cabendo aos salesianos a cessão do prédio com todo o material de que dispunha e recebimento da matrícula dos alunos da escola pública. Além disso, o estado remunerava os funcionários administrativos, os auxiliares de serviços diversos e os professores indicados ou concursados.

O quadro de professores do Colégio público ou privado era composto em sua maioria por ex-alunos do Colégio Salesiano de Santa Teresa ou ex-alunos

do Ginásio Normal Imaculada Conceição (GENIC), conhecido também como Colégio das Irmãs.

Uma das exigências para tornar-se professor ou professora da Escola Estadual Santa Teresa era a afinidade com os princípios educativos de Dom Bosco, a competência profissional e a vivência do Sistema Preventivo, o que causava uma identidade pedagógica e religiosa nas duas escolas.

Em depoimento, a professora “A” quando questionada se havia professores específicos para o Colégio Salesiano de Santa Teresa e para a Escola Estadual Santa Teresa, nos diz que:

Havia professores só do particular: professor Djalma, professor Rachid que no início eram só do particular. Daí, depois com a história de fazer a lotação porque o Estado não tinha ainda todo mundo efetivo para atender os três turnos, e a escola estadual tinha bastantes alunos em 1972, então, alguns professores trabalhavam só no particular, alguns salesianos, inclusive que davam aula, como Padre Teodoro dava aula de matemática mas era só no particular¹².

A Missão Salesiana fazia a seleção do corpo docente e encaminhava

¹¹ Com a Lei nº 9394/96 em vigor, ao referir a essas etapas da Educação Básica a nomenclatura é Ensino Fundamental – de 1º ao 9º ano – e Ensino Médio.

¹² Ex-aluna do Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição (GENIC), ex-professora da Escola Estadual Santa Teresa (1972-1976), a partir de 1977 até 1988 atuou como coordenadora pedagógica na mesma escola. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa, em 27 de abril de 2007.

a relação com o nome e a disciplina a ministrar pelo docente à Secretaria Estadual de Educação. E esta, responsabilizava-se por fazer a lotação ou contratar os profissionais indicados para trabalhar no Colégio Estadual Santa Teresa.

O Estado influenciava na parte legal, havia coordenadores, ou supervisores escolares, lotados no Colégio Estadual Santa Teresa, e estes eram responsáveis por organizar a grade curricular, a lotação de professores, a documentação escolar, as atas com notas dos alunos. A direção do Colégio e a coordenação geral eram de responsabilidade da Missão Salesiana.

Na verdade, com o Convênio, mesmo mantendo a direção e coordenação geral, o Colégio perdeu a autonomia porque tinha que acatar as determinações do governo do estado de Mato Grosso. Isso fez com que até mesmo a filosofia salesiana fosse aos poucos se diluindo. Sobre a atuação dos salesianos à época da escola conveniada, o perfil dos alunos e professores, as opiniões dos entrevistados foram divergentes.

No que diz respeito à interferência do Estado na organização e funcionamento escolar, um dos colaboradores que está há mais tempo junto aos salesianos e vivenciou as várias fases do Colégio, inclusive esteve junto ao Padre Firmino em Cuiabá, MT na assinatura do Convênio em 1971, comenta que:

[...] pedagogicamente não podia sair muito porque senão não recebia autorização. Então, tinha que dar aquele conteúdo que vinha de cima para baixo

[...] Até 81 a secretaria fiscalizava as classes, conteúdo, tudinho. Liberdade entre aspas na organização interna e pedagogicamente não tinha liberdade nenhuma. (professor “B”)¹³.

Na opinião da professora A:

[...] a direção e a coordenação geral do Colégio era da Missão Salesiana, então o Estado não interferia de forma nenhuma na indicação de diretores e coordenadores geral, na verdade a única interferência do Estado era em relação ao quantitativo de professores para ocupar os cargos. [...] Apesar de ser a escola estadual, ela seguia realmente a filosofia salesiana. [...] Em todo o período que houve o Convênio tinha coordenador, na época nós falávamos supervisor escolar, esse pessoal atuava na parte da grade escolar, acompanhamento de professor, de nota e de desenvolvimento¹⁴.

Fica claro que, na indicação dos administradores, não havia interferência do Estado, mas no plano pedagógico é evidente a sua presença.

¹³ Há 40 anos junto aos salesianos, vivenciou as várias fases do Colégio, exercendo diferentes funções foi: professor, secretário, coordenador e diretor adjunto. Parte da entrevista concedida sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

¹⁴ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa à pesquisadora no dia 27 de abril de 2007.

Apesar da intenção dos padres em indicar docentes e funcionários afinados com o Sistema Preventivo, na condição de escola conveniada nem sempre era possível. O desafio para a Missão Salesiana era de imprimir uma linha de trabalho que respeitasse às decisões do governo, mas também possibilitasse manter a qualidade, o cunho religioso e o Sistema Preventivo.

Por mais que houvesse indicação para lotação e contratação de professores, nem todos os profissionais postos à disposição dos salesianos se identificavam com a filosofia salesiana, e os salesianos tinham que aceitar o capital humano disponível. O fato de o Colégio ter se tornado conveniado com o Estado não significava perda na qualidade do ensino, mas gerava fator de diferenciação entre os sujeitos que passaram a ter acesso à escolarização naquele ambiente escolar, que, até 1981 tinha duas escolas em um mesmo prédio. O depoimento da professora “C” mostra como era a clientela que passou a fazer parte do Colégio Santa Teresa público, em funcionamento simultaneamente com o privado.

Naquela época a gente via a necessidade de atender crianças da maior diversidade de classe social, [...] *nós tínhamos desde filhos de doutores até filhos de serventes da própria escola, então, era um mix de crianças pobres com crianças de classe média*, crianças até que chegavam descalças e a gente arrumava chinelo, isso

era muito bom porque uma via a realidade diferente e aprendia umas com as outras, algumas viam assim uma situação social, monetária diferente da outra, achavam estranho uma criança chegar aqui sem chinelinho, sem nada, a gente arrumava camiseta, arrumava calça, enfim era uma realidade diferente, mas era prazeroso trabalhar¹⁵. (Grifos nossos).

O conflito de identidade do Colégio marca o depoimento transcrito. Uma escola privada com alunos filhos de doutores e uma escola pública com crianças pobres. O Colégio separava e unia os grupos, provocando estranhamento, mas também conformação.

No imaginário coletivo permaneceu a ideia de que os padres salesianos mesmo sendo conveniados com o Estado conseguiram comandar, manter a ordem, o cunho religioso. De acordo com o depoimento do professor “B”, os que ali trabalhavam eram considerados “educadores, não são só professores ou uma escola qualquer. Educam para a vida. Isso é o mais importante!” É uníssona nas falas dos entrevistados a

¹⁵ Há 35 anos no Colégio. Ex-aluna do Colégio Salesiano de Santa Teresa e, ao mesmo tempo, professora contratada e cedida pelo Estado para o Colégio Estadual Santa Teresa, depois se tornou professora efetiva do Estado e coordenadora pedagógica. Terminado o Convênio, continua no Colégio e está na coordenação geral da Educação Infantil. Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa. 26 de abril de 2007.

importância atribuída à educação salesiana na cidade, por seguirem o lema de Dom Bosco que era de formar o bom cristão e o honesto cidadão. Na sequência o mesmo entrevistado diz: “Claro que você não atinge o ideal, mas [...] pelo que você vê de ex-aluno, eu acho que quem soube aproveitar, achou o seu lugar na sociedade de maneira decente, basta olhar a sociedade corumbaense”¹⁶.

Assim, com o Convênio (1971), no prédio em que funcionava o Colégio particular passou a funcionar também a escola pública estadual, oferecendo vagas na Educação Pré-Escolar, na 1ª a 4ª série, na 5ª a 8ª série e também no segundo grau¹⁷.

Nos primeiros anos de funcionamento do Colégio privado/público conveniado ocorreram problemas por parte dos responsáveis pelos alunos do privado que não aceitavam o Convênio e desejavam exclusividade. No entanto a solução para os problemas financeiros do Colégio - devido ao número reduzido de alunos que faziam parte do particular - estava justamente no Convênio. Este representava um negócio interessante tanto para o Estado, que precisava de salas de aula, como para os salesianos, que tinham as salas ociosas e precisavam de verbas para cobrir as despesas.

Certamente o montante de recursos financeiros recebido pelos

salesianos, no período do Convênio e por causa dele, era grande. Além disso, havia também os recursos arrecadados com as festividades e com a caixa escolar por aluno matriculado. Era uma taxa considerada irrisória por parte dos dirigentes da escola, e o valor pago era espontâneo, sem valor mínimo pré-fixado e estipulado pelo pai ou responsável do aluno no ato da matrícula¹⁸.

O Decreto-Lei nº 57, de 19 de março de 1979, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul estabelecia que cada unidade escolar tivesse uma comissão da caixa escolar constituída pelo diretor, por um professor indicado pelo conselho de professores e por um representante indicado pela Associação de Pais e Mestres (APM). De acordo com o Decreto-Lei, a utilização dos recursos da caixa escolar só poderia ser feito mediante um plano de aplicação elaborado pela comissão da instituição escolar, aprovado pela diretoria da APM em ata, cuja cópia deveria

¹⁶ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa, em 27 de abril de 2007.

¹⁷ Nomenclaturas usadas no período e alteradas com a Lei nº 9394/96.

¹⁸ Lei 3681, de 28 de novembro de 1975, do Governador do Estado de Mato Grosso estabelece a nova estrutura da administração estadual e dá outras providências. “Artigo 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a reorganizar o Fundo Estadual de Educação, de que trata a Lei 3138 A, de 31 de dezembro de 1971, e a Lei n. 3473, de 11 de dezembro de 1973, a cujo crédito se levarão todos os recursos orçamentários e extraorçamentários, inclusive os de receita provenientes da arrecadação da Caixa Escolar e Anuidade, Exames Supletivos e Salário Educação – Ensino Supletivo”. Lei nº 3681, de 28 de novembro de 1975. Disponível em: <<http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/>>. Acesso em: 07 set. 2009.

ser encaminhada à Agência Regional de Educação. A gerência administrativa e financeira da Fundação de Educação de Mato Grosso do Sul (FE-MS) era a responsável por orientar as unidades escolares na elaboração do plano de aplicação de recursos.

No ato da matrícula era feito um cadastro com o perfil socioeconômico da família. Por meio desse cadastro, dependendo do número de filhos matriculados no Colégio Estadual Santa Teresa e da condição socioeconômica da família, ocorria de alguns dos filhos ficarem isentos do pagamento da caixa escolar. O Estado determinava que os recursos da caixa escolar fossem aplicados integralmente na própria escola em benefício dos alunos, na melhoria do ensino, nas atividades educacionais, culturais e desportivas.

Sobre a caixa escolar, a professora A nos diz:

Na época a gente fazia um trabalho junto com as famílias, a gente fazia uma caixa escolar. Essa caixa escolar era uma doação que a família pudesse oferecer, mas não tinha nada estipulado, a gente usava esse dinheiro para comprar material escolar para fazer provas e todo material de classe que a gente precisasse.

Complementando as informações sobre a contribuição escolar, o professor

B afirma que “no primeiro Convênio era o seguinte: ele [o Estado] pagava o aluguel, dava manutenção e pagava os professores. O aluno pagava uma taxa simbólica só de ajuda”.

Iniciado o Convênio, gradativamente as classes do Colégio Salesiano de Santa Teresa foram se extinguindo, e o último ano das duas escolas no mesmo prédio foi em 1981. Assim, o Convênio só foi cumprido plenamente, a partir do ano de 1982 e ficou em vigor nos moldes como fora assinado inicialmente até 1987.

A desativação gradativa das turmas do Colégio Salesiano de Santa Teresa levou a migração de alguns alunos do Colégio privado para o público, enquanto outros se transferiram para outras escolas particulares da cidade. Para os salesianos era interessante assegurar a matrícula dos discentes tanto no privado, como no público. A seguir, o quadro com número de alunos matriculados no Colégio e na Escola Estadual Santa Teresa no período de 1972-1987.

Os dados apresentados no quadro 1 foram organizados pela coordenadora do Colégio Salesiano de Santa Teresa em julho de 2009. Apesar de, nos anos de 1972 a 1981, coexistirem duas escolas (uma pública e outra privada) em funcionamento no mesmo prédio, o número de alunos matriculados nas duas escolas administradas pelos salesianos foram computados conjuntamente.

Quadro 1 – Colégio Salesiano de Santa Teresa e Escola Estadual: número de alunos matriculados (1972-1987).

Série	Ensino Fundamental															
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
El	216	266	108	194	154	144	147	150	132	110	120	110	122	118	110	118
1ª	296	295	366	361	273	223	239	219	225	211	264	273	264	289	234	259
2ª	225	226	280	317	347	279	220	225	243	208	234	245	245	251	222	205
3ª	292	304	302	289	328	288	272	243	241	243	232	224	260	253	275	273
4ª	242	305	306	337	245	251	272	263	264	242	241	254	229	236	249	269
5ª	613	810	841	998	517	394	346	426	523	476	400	470	459	482	441	427
6ª	320	511	499	628	596	480	258	332	392	416	369	318	350	352	353	401
7ª	188	296	409	462	451	533	390	327	325	302	340	333	285	373	290	308
8ª	123	181	291	352	377	384	389	339	379	341	226	300	344	334	329	256
Total	2.515	3.194	3.402	3.938	3.288	2.976	2.633	2.527	2.724	2.549	2.426	2.527	2.558	2.688	2.503	2.516
Ensino Médio																
Série	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1ª	263	276	377	476	614	566	563	530	607	562	592	625	550	572	527	548
2ª	35	150	178	232	302	380	329	387	343	301	268	331	307	267	344	326
3ª	22	35	115	128	109	190	236	161	256	260	200	198	231	216	194	170
Total	320	461	670	836	1.025	1.136	1.128	1.078	1.206	1.123	1.060	1.154	1.088	1.055	1.065	1.044
Total Geral	2.835	3.655	4.072	4.774	4.313	4.112	3.761	3.602	3.930	3.672	3.486	3.681	3.646	3.743	3.568	3.560

El – Educação Infantil.

Fonte: Colégio Salesiano de Santa Teresa, 2009.

É significativo apontar que, em 1971, o Colégio Salesiano de Santa Teresa (privado) tinha 356 alunos matriculados e, a partir de 1972, início do Convênio, havia 82 (oitenta e duas) turmas, totalizando 2835 alunos matriculados nos períodos matutino, vespertino e noturno. De acordo com os dados do arquivo do Colégio, o número de alunos matriculados, ao iniciar o Convênio, aumentou quase 8 (oito) vezes e continuou aumentando ao longo dos anos.

Observando o número de alunos que ingressaram na Educação Infantil em 1972 e acompanhando ano a ano a trajetória do grupo, podemos inferir que houve regularidade no número de matrículas, havendo aumento na 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Desse modo, provavelmente, em Corumbá não havia vagas suficientes nas escolas públicas que atendessem às demandas dessas etapas escolares.

As opiniões dos entrevistados apresentam algumas divergências desse período em que o Colégio separava e misturava os alunos. Vejamos três opiniões de pessoas que trabalharam à época no Colégio. O entrevistado “B” nos diz que:

Foi um período que por parte dos alunos nós conseguíamos controlar bem a situação. Padre Afonso era muito rígido e conseguiu assegurar bem as duas partes. [...] A secretaria era separada a do estadual e a do particular. [...] Era difícil lidar

com essa situação duas realidades dentro de um espaço só.¹⁹

Na condição de Colégio conveniado, tornou-se aberto a todos. A realização do Convênio com o Estado permitiu o ingresso de alunos de outros setores da sociedade nas instalações do Colégio e colaborou muito para que o Colégio particular se mantivesse até o ano de 1981, mesmo com número de alunos reduzindo ano a ano. A entrevistada “C” nos diz:

Hoje eu tenho condição de fazer um paralelo entre o que a gente fala de criança de periferia que vinha para o Santa Teresa. Para elas era uma conquista muito grande conseguir uma vaga no Santa Teresa, em um prédio bonito, limpo, porque a filosofia da casa era a filosofia salesiana, a regra da casa era a salesiana. Essa era a diferença de uma escola estadual comum para uma escola conveniada com salesianos. [...] E essa história do particular, realmente a elite corumbaense queria usufruir mais do prédio. Eu ouvia umas histórias que esse prédio não tinha sido feito para ser escola para pobre. Eu já tinha escutado essas histórias. Mas entrava em contradição porque a filosofia de D. Bosco é a de atender principalmente as camadas menos favorecidas.

¹⁹ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa, em 27 de abril de 2007.

Então, o que aconteceu na época, o inspetor da época falou ‘podemos até fazer um andar para aqueles que queiram ter aula com grade diferenciada’ e aí, a turma do particular até a grade deles era maior²⁰.

A opinião a seguir, difere das duas primeiras, pois a entrevistada “A” assevera que não havia diferença entre os alunos do Colégio Particular e do Colégio Público.

A escola não era conveniada antes. Ela tinha um número reduzido de sala de aulas e de professores. É lógico que tem professor e professor. A maioria era comprometida. [...] Junto no começo funcionava o Colégio Salesiano de Santa Teresa que era particular com o estadual porque ainda quando houve o Convênio havia alunos matriculados, então precisava gradativamente ir se extinguindo. Não havia diferença de currículo. Tanto é que quando começou havia uma seriedade, um compromisso de todos em fazer que valesse a pena, que concorresse com qualquer outra escola particular. [...] A entrega de nota às vezes se fazia no mesmo período. Não tinha essa diferença, eles – alunos do particular – não conseguiam ser destaque naquela multidão

por serem alunos do particular, destacavam sim por uniforme diferente²¹.

Podemos afirmar que a realização do Convênio entre o Estado e a Missão Salesiana gerava um conflito de identidade entre os docentes, os funcionários e os discentes, pois desenvolviam suas atividades num mesmo espaço escolar com sistemas diferentes – público/privado – nem sempre visíveis pelos envolvidos no processo educativo.

O jornal Diário da Manhã, em matéria intitulada “Colégio Santa Tereza será desativado em 81”, trouxe informações à comunidade local sobre o fim das atividades educativas da parte privada. Utilizando das explicações dadas pelo diretor Pe. Jorge Parovel, a imprensa registrou:

Os motivos que levaram a direção do educandário a tomar tal decisão, são as dificuldades, diminuição de número de alunos e também a interferência do Colégio Estadual que funciona no mesmo prédio, dificultando assim, os salesianos a darem um melhor atendimento a esses alunos, por isso, optou-se para a desativação da escola particular, simplificando também a administração do Colégio Salesiano Santa Teresa (COLÉGIO..., 1980).

Sabemos que a seção particular gerava ônus para os salesianos pelo fato

²⁰ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa, em 26 de abril de 2007.

²¹ Parte da entrevista sobre o Colégio Salesiano de Santa Teresa, em 27 de abril de 2007.

de serem poucas matrículas e exigirem tratamento diferenciado. Na verdade, o Colégio como um todo estava sendo mantido com os recursos do repasse feito pelo governo estadual. Assim, a decisão de encerrar as atividades na parte privada traria benefícios à Missão à medida que disponibilizaria mais vagas para a escola estadual, os funcionários e os professores contratados pela Missão passariam à condição de convocados pelo Estado, e ainda havia a possibilidade de os alunos vinculados ao Colégio privado se transferirem para a escola estadual Santa Teresa.

Quando o assunto é o Convênio, as opiniões ainda hoje, são bastante divergentes, principalmente quanto ao nível e perfil dos alunos e dos professores. A escola precisa ser entendida na sua historicidade, para isso precisamos conhecer o significado da educação escolar no período, os anseios depositados na escola como possibilidade de melhoria de vida, como oportunidade de participação política, social, econômica e cultural.

5 Considerações finais

Reportando a Mogarro (2005), lembramos que “[...] as escolas são estruturas complexas, universos específicos, [...] e, “apresentam uma identidade própria carregada de historicidade”. No caso específico do Colégio Salesiano e da Escola Estadual Santa Teresa, podemos inferir que é pela forma de funcionamento das duas escolas que se constrói a concepção de que elas foram uma

única escola. E, por meio da organização do trabalho pedagógico que a marca salesiana foi sendo amalgamada a uma escola pública.

A existência do Convênio foi benéfica para Corumbá por ter expandido o número de vagas para o ensino público, possibilitando o acesso à educação para muitos, já que, no período, a cidade não dispunha de vagas suficientes para absorver toda a clientela escolar. E para a Missão Salesiana foi vantajoso à medida que ocupou os espaços ociosos, recebeu subsídios do Estado por número de alunos matriculados, que aumentou substancialmente, passando de 356 alunos (1971) para mais de 4000 alunos, nos anos em que foi mantido o acordo (observe o quadro1).

O Convênio firmado inicialmente com o estado de Mato Grosso e posteriormente, – devido à divisão do estado – com estado de Mato Grosso do Sul foi mantido até 31 de dezembro de 1987. A partir daí, a instituição educacional voltou a ser particular, e o governo do estado de Mato Grosso do Sul cedia alguns professores, e a contrapartida da Missão Salesiana eram algumas bolsas. Daí em diante, passou a ser feita uma pesquisa socioeconômica junto à família do aluno a fim de saber a renda familiar para estipular a mensalidade a ser paga. Até 1996, o governo continuou responsabilizando-se somente por professores. Depois de 1996, o Colégio passou a ser estritamente particular, resultando em um déficit na educação escolar em Corumbá.

Referências

ALVES, G. L. A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá: 1857-1929. In: CORRÊA, V. B. et al. *Casario do Porto de Corumbá*. Campo Grande: Fundação de Cultura; Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

AZZI, R. *A obra de Dom Bosco no Brasil: cem anos de História*. Barbacena: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000. v. 1.

COLÉGIO Santa Teresa será desativado em 81. *Diário da Manhã*, Corumbá, 2 dez. 1980, Ano II, n. 459.

COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa. Corumbá, MS, [s.d.].

_____. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa. Corumbá, MS, 2009.

_____. *Regimento interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa*. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa Corumbá, 1987. (mimeo).

_____. *Regimento interno do Colégio Salesiano de Santa Teresa*. Arquivo do Colégio Salesiano de Santa Teresa. Corumbá, MS, 1971. (mimeo).

ESCOLANO, A.; VIÑAO FRAGO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto, 2. ed. Rio de Janeiro: A. DP&A, 2001.

FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-35.

GOODSON, I. *Currículo: teoria e história*. Tradução de Atílio Brunetta. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Senso 2010*. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 1º out. 2015.

MANFROI, J. *A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

MATO GROSSO. *Lei n. 3681*, de 28 de novembro de 1975. Estabelece a nova estrutura da administração estadual e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/>>. Acesso em: 7 set. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. *Decreto-Lei n. 57*, de 19 de março de 1979. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/c19b1c307bc93729042571070059deab/f6cbfabbb82cdc1c704256e8b006e693d?OpenDocument&Highlight=2,57>>. Acesso em: 7 set. 2009.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Pro-posições*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 103-116, jan./abr. 2005.

SCHENEIDER, J. L. Obra de Dom Bosco em Corumbá. In: BÁEZ, Renato (Org.). *O profeta do Pantanal*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1988. p. 57-61.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, jun. 2001.

Recebido em junho de 2015

Aprovado para publicação em outubro de 2015